

Brasil

Contas públicas Coordenador da dívida diz que opção é avaliada; Barbosa afirma que decisão fica para semana que vem

Parte do 'colchão de liquidez' pode pagar pedalada

Fábio Pupo, Lucas Marchesini e Edna Simião De Brasília

Agora sob o comando de Nelson Barbosa, o Ministério da Fazenda estuda pagar as chamadas "pedaladas" — débitos da União com bancos públicos que foram adiados e devem ser regularizados — usando recursos do colchão de liquidez da Dívida Pública Federal (DPF). Outra possibilidade é a emissão de novos papéis para quitar os débitos em atraso.

O colchão de liquidez é o montante que o Tesouro mantém em caixa para pagar o volume de principal e juros da DPF que vence em até três meses, no mínimo. Essa reserva permite ao governo ficar fora do mercado em períodos de maior turbulência, quando os custos de financiamento podem estar elevados demais. O colchão fica na Conta Única da União no Banco Central (BC), em que é remunerado pela taxa básica de juros (Selic), e o valor do estoque não é revelado.

Antônio de Pádua Ferreira Passos, coordenador-geral de Controle da Dívida Pública, admite que usar parte do colchão para pagar as pedaladas é uma opção estudada pelo governo. "Usar o colchão é uma alternativa. Parte dele será usada para essa finalidade, se assim for decidido", afirmou.

Passos diz ainda que a legislação não coloca restrições ao pla-

no, caso venha a ser executado. "Não tem nenhuma restrição nesse sentido. A lei e a medida provisória [702, publicada na semana passada] permitem que você use recursos provenientes de emissão de títulos para pagar determinadas despesas. O pagamento pode ser feito com recursos provenientes de emissão de títulos", afirmou. Segundo ele, a ideia é usar o dinheiro já disponível em caixa. "Há mais de uma alternativa na mesa e isso está sendo discutido no âmbito do ministério. Em breve, isso será decidido", acrescentou José Franco de Medeiros de Moraes, coordenador-geral de Operações da Dívida Pública.

Em teleconferência com jornalistas estrangeiros feita na tarde de terça, o ministro Nelson Barbosa falou que a emissão de papéis é uma possibilidade em estudo. "O Tesouro está ainda avaliando qual a melhor a fonte dos recursos para pagar. Da conta do Tesouro ou emitindo dívida. Seja qual for a escolha, isso vai ser 'terceirizado' pelo Banco Central, então não vai ter impacto no mercado", afirmou.

O ministro afirmou que a decisão sobre como serão quitadas as pedaladas será anunciada na próxima semana. Nos últimos dias, Barbosa havia declarado que o anúncio seria ainda nesta semana. Segundo ele, o pagamento ocorrerá no volume que for possível neste ano.



Barbosa transferiu cargo a Simião (esq): "Tesouro ainda avalia fonte dos recursos, da conta do Tesouro ou emitindo dívida"

"Planejamos pagar o máximo que pudermos [neste ano]. Estamos ainda decidindo e o anúncio será na semana que vem. O Congresso nos deu autorização para pagar até R\$ 57 bilhões em peças orçamentárias do ano", diz o ministro. Segundo Barbosa, os pagamentos em discussão envolvem dívidas com Caixa, Banco do

Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e FGTS.

Segundo os técnicos, os cenários estudados na Fazenda para o pagamento das pedaladas não farão o estoque da dívida estourar o teto da meta definida no Plano Anual de Financiamento (PAF) — que é de R\$ 2,8 trilhões (atualmente, a dívida está em

R\$ 2,716 trilhões). "Nesse caso das pedaladas, as análises de cenário discutidas até agora não apontam descumprimento do limite de estoque indicado no PAF. Isso é uma análise de cenário. É o provável dentro da informação que temos até o momento", diz Luis Fernando Alves, coordenador-geral de Planejamento Estratégico da Dívida Pública.

Os comentários dos técnicos foram feitos depois que a presidente Dilma Rousseff publicou, na semana passada, a Medida Provisória 702. O documento abre crédito extraordinário total de R\$ 37,5 bilhões para destinações diversas. Desse montante, R\$ 15,1 bilhões são destinados, em parte, ao pagamento do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) — que foi alvo de pedaladas. Além disso, R\$ 10,9 bilhões têm como destino o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), com quem o governo também tem dívidas.

Na teleconferência, Barbosa continuou com a sua ofensiva comunicacional em busca da credibilidade do mercado. Sem fugir do script traçado desde o seu anúncio na sexta-feira, o ministro afirmou que "o equilíbrio fiscal e o controle da inflação são prioridades para o governo e são condições para o crescimento sustentado da economia".

Barbosa reiterou seu compromisso com a meta de superávit primário de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no próximo ano. "Não há proposta nesse momento para uma banda para a meta fiscal do ano que vem", acrescentou. O ministro ainda disse que não acha "necessário injetar dinheiro na Petrobras". "Estamos longe disso. Soluções de mercado são melhores, e acho que a empresa pode lidar com sua situação por si só", diz.

Equipe econômica deve ser como "time", diz Simão

Rafael Bitencourt e Lucas Marchesini De Brasília

O novo ministro do Planejamento, Valdir Simão, assumiu ontem o comando do órgão se comprometendo a "trabalhar intensamente para garantir o reequilíbrio fiscal e recuperação do crescimento econômico". Durante a cerimônia de transmissão do cargo de ministro, Simão admitiu que a economia brasileira passa por "momento crítico", com forte desaceleração da atividade econômica.

"Já estivemos em situação semelhante outras vezes e temos plena capacidade de reverter esse quadro", afirmou. Em discurso proferido ao lado do seu antecessor e novo ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, Simão defendeu que a equipe econômica deve continuar trabalhando como um "time".

"Os ministros da área econômica, até aqui, já adotaram importantes medidas para garantir no médio prazo o reequilíbrio fiscal. Mesmo com a nova composição, a equipe continuou o trabalho em conjunto", afirmou o ministro recém-empossado.

Após corte da Fitch, Haddad buscará nova avaliação

Marta Watanabe De São Paulo

Durou pouco mais de um mês o grau de investimento em escala global conquistado pela Prefeitura de São Paulo. A nota de crédito BBB- , concedida pela Fitch em 10 de novembro, foi rebaixada ontem pela mesma agência para BB+, em escala global, com perspectiva negativa. Em escala nacional, a nota permaneceu AA+, com perspectiva estável. O secretário de Finanças de São Paulo, Rogério Ceron, diz que a prefeitura pretende contratar até o primeiro trimestre de 2016 a Standard & Poor's (S&P) e ter nova avaliação até junho.

A ideia, diz o secretário, é que a prefeitura possa manter duas avaliações distintas. "O interessante na S&P é que, diferentemente da Fitch, a agência não condiciona um eventual grau de investimento de entes subnacionais à nota do país", diz ele. Ao lado da Fitch, a S&P foi selecionada em licitação promovida pela Prefeitura para fazer a avaliação do município, lembra. Questões jurídicas na formulação de contrato com a S&P, porém, diz Ceron, ainda estão sendo solucionadas.

Depois de rebaixar a nota soberana na semana passada de BBB- para

BB+, a Fitch divulgou ontem a redução do rating em escala global para sete entes federados. Além do município de São Paulo, também perderam o grau de investimento os Estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná e o município do Rio de Janeiro. Maranhão e o Estado do Rio de Janeiro passaram de BB para BB-. Segundo a Fitch, os ratings foram alterados em função do rebaixamento da nota soberana.

Para Ceron, é "triste" o país ter sido rebaixado. "A perda em escala global foi resultado da nota do país, mas na avaliação em escala nacional ainda somos duplo A, o que mantém a prefeitura como ilha de excelência, que não está submetida a risco de solvência." Para ele, isso não afetará os planos do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, de elevar o limite de endividamento. Quando ganhou o selo de bom pagador pela Fitch, Haddad anunciou que autorizava a negociação de pedidos de financiamento externo no valor total de US\$ 1 bilhão. A expectativa, diz Ceron, é de que o pedido de autorização para novas operações de crédito seja levado ao Tesouro Nacional a partir de fevereiro de 2016 e que o valor seja tomado do BID. Os desembolsos devem acontecer, porém, somente a partir de 2017.

Sem caixa, Rio negocia recursos com a Petrobras

Cláudia Schiffrer Do Rio

O governo do Estado do Rio de Janeiro conta com a Petrobras para resolver seu problema de caixa, especialmente na área da Saúde, onde hospitais atuam de forma precária. Para isso, negocia com a endividada estatal para que ela disponibilize em dinheiro, na Justiça, R\$ 618,8 milhões em créditos oriundos de divergências tributárias. Segundo a Secretaria Estadual de Fazenda, parte do montante (R\$ 366,8 milhões) significam 70% dos R\$ 524 milhões em contenciosos da Petrobras com o Estado que geraram questionamentos no Conselho de Contribuintes ou na Justiça.

Outros R\$ 252 milhões são relativos a royalties e participações especiais sobre a produção dos campos Lula e Cernambi, no pré-sal. A estatal diverge da interpretação da Agência Nacional do Petróleo de que se trata de um único reservatório mas perdeu um round judicial, depositando os R\$ 252 milhões em conta do governo federal. Como a Fazenda do Rio quer usar o dinheiro, foi necessário negociar com Brasília. O secretário de Fazenda do Rio, Julio Bueno, também teve várias conversas com o diretor finan-

ceiro da estatal, Ivan Monteiro. O objetivo era encontrar uma forma de devolver os valores retirados dos depósitos judiciais se a estatal ganhar as ações. Para isso, foi votada uma lei na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). Com isso, o estado poderá retirar 70% do que estiver depositado. "Essa lei vai dar conforto para a Petrobras", disse Bueno.

O secretário explicou que desde abril negocia com a estatal o pagamento de diversas ações judiciais. "A Petrobras combinou comigo depositar R\$ 1 bilhão como garantia, em dinheiro, das ações que ela perdeu, que somam R\$ 4 bilhões". Ele afirma que R\$ 300 milhões já foram depositados. Faltam R\$ 700 milhões, já que o Estado perdeu algumas das reivindicações. "Se conseguimos convencer a Petrobras em R\$ 524 milhões, dos quais podemos retirar 70%", diz Bueno.

O Rio usou como argumento de negociação o vencimento de um regime especial de tributos. Segundo Bueno, se quisesse o Estado poderia obrigar que a empresa adotasse um CNPJ para cada unidade industrial, o que implicaria a compensação de créditos tributários. "Para a Petrobras o acordo foi um ótimo negócio", diz Bueno.

Jovens são mais 'gastadores' no Simulador Orçamentário

Cristian Klein Do Rio

A idade pesa. Mas não quando o assunto é quem decide sobre os gastos públicos. Os resultados finais do Simulador Orçamentário, serviço disponibilizado aos leitores do Valor por 45 dias, no site e no Valor PRO, mostram que quanto mais alta a faixa etária, mais enxuta e superavitária é a proposta alternativa ao Orçamento de 2016. Tal como um jogo, o desafio foi o de, pelo menos, zerar o déficit de R\$ 30 bilhões apresentado pelo governo federal, em agosto, ao Congresso. Na média, os 1.259 participantes geraram um superávit de R\$ 24,7 bilhões — bastante próximo à meta de R\$ 24 bilhões aprovada neste mês na Comissão Mista de Orçamento. Para isso, realizaram um corte médio de R\$ 50 bilhões nas despesas e aumentaram impostos em R\$ 5,14 bilhões.

As escolhas dos mais jovens, no entanto, indicam a preferência por mais gastos públicos, pesando no Orçamento e na carga tributária. O estrato de até 24 anos foi o que gerou o menor superávit (R\$ 17 bi-

Jovens cortam menos

Participantes com menos de 24 anos sugeriram Orçamento de 2016 mais expansivo - em R\$ bilhões

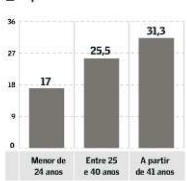
■ Aumento médio de imposto



■ Despesas totais médias



■ Superávit médio



lhões), o menor corte de despesas (R\$ 39,3 bilhões) e recorreu mais ao aumento de impostos (R\$ 7,7 bilhões). Para os participantes mais jovens o ministério que mais merece ser poupado dos cortes é o da Educação, enquanto para as duas faixas mais velhas (entre 25 e 40 anos e acima de 41 anos) a secretaria de Portos foi a mais preservada. "Isso mostra que se trata de um segmento que se beneficia ou é

potencialmente beneficiário de políticas educacionais", afirma o pesquisador Rafael Martins de Souza, da Diretoria de Análise de Políticas Públicas (Dapp/FGV). Desse modo, a ferramenta também reproduz o jogo de interesses e, logo, as dificuldades para o governo conciliar as prioridades dos diversos setores da sociedade. Sem contar as exigências constitucionais, que fazem com que cerca de 91% das des-

pesas do Orçamento sejam obrigatórias. Nos demais 9%, os chamados gastos discricionários, esteve a margem de manobra para que os leitores aumentassem ou reduzissem o que cada área vai receber.

O segundo ministério mais poupado pelos jovens foi o da Ciência, Tecnologia e Inovação — pasta relacionada à área da educação. Em contraste, no estrato de usuários acima de 41 anos, o Ministério da

Educação foi o terceiro com mais verbas cortadas. Em primeiro e segundo lugares, as pastas da Defesa e das Cidades foram os alvos preferenciais para o enxugamento, em todas as faixas etárias. O resultado reflete, em parte, a maior margem de manobra para as tesourarias nestes ministérios — 38% do orçamento da Defesa, por exemplo, que responde pelas Forças Armadas, são discricionários, percentual mais de quatro vezes superior aos 9% do Orçamento Geral da União.

Entre os dois estratos mais velhos, uma tendência foi a de preservar os gastos das pastas ligadas à área de infraestrutura, como Portos e Minas e Energia.

Uma opção oferecida pelo Simulador era a de equilibrar o Orçamento de 2016 por meio do aumento de impostos, num limite de até R\$ 100 bilhões. A média, porém, foi bem abaixo, de R\$ 5,14 bilhões — metade do que é previsto com a arrecadação da CPMF (R\$ 10,3 bilhões).

De novo, o comportamento dos jovens destoou, com o acréscimo de R\$ 7,7 bilhões, diante dos R\$ 4,4 bilhões do grupo entre 25 e 40

anos e R\$ 4,5 bilhões dos que têm mais de 41 anos. Houve ainda uma variação importante quanto à renda. Os participantes que ganham mais de cinco salários mínimos elevaram os impostos, em média, em R\$ 4,5 bilhões, enquanto os que recebem abaixo deste patamar preferiram uma carga tributária R\$ 6,2 bilhões mais alta — ainda assim inferior à dos mais jovens.

O superávit primário também variou com a faixa etária: quanto mais velho o participante, maior o esforço fiscal: R\$ 17 bilhões (até 24 anos), R\$ 25,5 bilhões (entre 24 e 40 anos) e R\$ 31,3 bilhões (acima de 41). O levantamento faz ainda cruzamentos por regiões e mostra o perfil altamente escolarizado e masculino do leitor do Valor. Entre os participantes, 90% foram homens, 66% têm pelo menos o superior completo e 70,7% estão no Sudeste. O estudo, coordenado pelo diretor da Dapp, Marco Aurélio Ruediger, será enviado a todos os participantes. O Simulador Orçamentário é a segunda parceria do Valor com o centro de pesquisas da FGV. A primeira foi o Mosaico Orçamentário, acessível pelo site e no Valor PRO.